

Índios Fulniôs liberam cemitério

Aurélio Fabian

■ Prefeitura quer rever valor do arrendamento

Josilene Barbosa
Enviada especial

AGUAS BELAS - Depois de manterem o cemitério municipal interditado por dois dias, os índios da nação Fulniô decidiram liberar os portões de acesso. Eles haviam cercado a entrada com arame, impedindo o enterro de "brancos", devido ao não pagamento pela prefeitura de R\$ 10,6 mil do arrendamento dos três hectares de terra, onde funciona o cemitério.

Apesar de o prefeito não estar na cidade, um grupo indígena, acompanhado por um representante do Inbra e dois agentes da Polícia Federal, foi recebido pelo diretor financeiro do município, Adalberto Lopes, e pela secretária de Ação Social e primeira-dama, Elayne Jhonatas.

De acordo com Adalberto Lopes, a prefeitura não está se negando a pagar o arrendamento. Apenas quer que o valor seja revisto. "O prefeito espera um respaldo jurídico para que, mais tarde, o Tribunal de Contas não venha a questionar este valor, uma vez que os índios não podem assinar um recibo", esclarece. Ele disse ainda que o prefeito Clodoaldo Bezerra (PTB) tinha ido ao Recife negociar com o Inbra uma forma legal de remuneração.

O chefe do posto da Funai no município, Arnaldo Pereira, fez questão de ressaltar que não estava ali para intermediar o arrendamento, por ele ser considerado ilícito. Mas apenas para acompanhar as negociações. "O departamento jurídico da Funai entrará com um pedido de reintegração de posse e não mais permitirá os arrendamentos", antecipou Pereira. Dentro de 20 dias, técnicos da Fundação estarão realizando um levantamento topográfico na cidade, para redefinir o que é área urbana e o que pertence, de fato, aos Fulniôs.

Áreas arrendadas - O município também paga, anualmente, pela utilização as áreas indígenas onde funcionam o matadouro público, o depósito de lixo, o campo de futebol, o mercado público, o curral de gado, as barragens do Lamarão e do Sítio Cajarana e o posto telefônico. O posto chegou a ser interditado, mas devido ao pagamento da taxa de arrendamento, foi liberado



Os índios Fulniôs mantiveram o cemitério cercado até o final da tarde de ontem, enquanto negociavam aluguel

no mesmo dia.

Jair Barboza de Freitas, que comandou a interdição do cemitério, afirma que o valor não é abusivo, por ser calculado por aluguéis de casas. "Este valor corresponde ao aluguel das 212 casas, que dariam para serem construídas no terreno", argumenta o índio.

Durante a negociação, encerrada no início da tarde de ontem, os Fulniôs decidiram reduzir o valor para R\$ 8.480,00, o mesmo pago pela administração anterior. O pagamento deverá ser feito dentro do prazo de 30 dias. "Este é o menor preço que podemos cobrar. E se não for pago, voltaremos a fechar o cemitério", afirmou Jair.

Até o final da manhã de ontem, quem tentou entrar no cemitério, foi barrado. Como a dona de casa Josefa Maria Nicácio, que não pôde entrar para limpar o túmulo do marido, que irá completar dois anos de falecimento. "Entendo a situação dos índios e esperarei paciente até que este impasse esteja resolvido. Tenho duas casas em terrenos deles e sei o quanto esse dinheiro é importante para eles", afirmou.

O pajé da tribo, Cláudio Pereira, diz ter sido contrário ao fechamento do cemitério, por considerar o valor muito elevado, mas concorda que a prefeitura deva pagar um arrendamento. "Só acho que este valor poderia ser negociado. Mas quem

usa terra de índio tem que pagar por ela", disse. Ele acrescentou que a Nação Fulniô já doou três áreas para a prefeitura e para a Igreja, num total de 80 hectares.

Localizado por telefone, o prefeito reconhece que o uso do solo indígena deva ser pago, mas questiona o valor cobrado. "Estou tentando, juridicamente, me acobertar para o pagamento de uma taxa tão alta e sem a emissão de recibo, para não ter problemas com o Tribunal de Contas. Legalmente, o índio é considerado de menor e não posso ficar descoberto. Se houver um respaldo jurídico, a prefeitura tem o maior interesse em saldar essa dívida", afirmou Clodoaldo Bezerra.

Na Bahia, pataxó recorre à Justiça

PAU BRASIL (BA) - A Justiça Federal de Ilhéus (BA) começou a notificar ontem os proprietários das cinco fazendas ocupadas pelos índios Pataxó, próximas à aldeia deles, em Pau Brasil. As fazendas estão em terras reivindicadas pelos índios na Justiça.

Na notificação, a Justiça informa que uma liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal (TRF), em Brasília, dá aos índios a posse das terras e determina a saída dos fazendeiros. A partir do recebimento da notificação, eles têm cinco dias de prazo para recorrer da decisão do TRF.

Os oficiais só não entregaram a notificação a um fazendeiro, Aristides Couto Franco, da fazenda Bom Jesus. Ele sofre do coração e passou mal ao ver as terras

serem invadidas pelos Pataxó. Aristides está internado em um hospital em Itabuna (BA). Quatro filhos do fazendeiro estão na sede da propriedade há mais de 72 horas. Cerca de 50 índios ocupam todas as outras instalações da fazenda.

Os índios também ocupam as outras propriedades, mas não as suas sedes, que estão guardadas por tropas da polícia. No final da tarde de ontem, após uma rápida reunião, os Pataxó comunicaram à Polícia Federal a disposição de expulsar os filhos de Aristides. "Nosso limite está chegando ao fim", disse o líder indígena Gerson de Souza Melo. O delegado Samuel Martins afirmou que os índios vão ter de aguardar a entrega da notificação ao fazendeiro.